MIZUHO

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.088.183/0001-33
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP.: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5504-9844 - www.mizuhobank.com/brazil/pt/
E-mail Ouvidoria: ouvidoria@mizuhogroup.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 200 trilhões de ienes no ano fiscal 2018 (De Abril/2018 a Março/2019). O Banco Mizuho do Brasil S.A., é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros. b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho.Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante	19b	3.148.812	2.845.645
Disponibilidades	3b	4.499	10.824
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.160.287	1.140.910
Aplicações no mercado aberto	4a	1.092.260	1.008.990
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4b	25.709	106.733
Aplicações em moedas estrangeiras	4c	42.318	25.187
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		150.728	319.549
Carteira própria	5a/b e 19b	104.660	297.524
Vinculados a compromissos de recompra	5a/b	19.812	3.721
Instrumentos financeiros derivativos	17	26.256	18.304
Relações interfinanceiras		693	32.132
Créditos vinculados		693	753
Repasses interfinanceiros	6a	–	31.433
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	6f	–	(54)
Operações de crédito		222.096	164.818
Operações de crédito - setor privado	6a	151.337	165.024
Operações de crédito Vinculadas a Operações Compromissadas	6a	71.310	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(551)	(206)
Outros créditos		1.610.114	1.176.975
Carteira de câmbio	7	1.576.866	1.146.686
Rendas a receber		208	41
Negociação de intermediação de valores		1.904	1.768
Diversos	8	33.220	29.177
Provisão para perda outros créditos	6f	(2.084)	(697)
Outros valores e bens		395	437
Despesas antecipadas		395	437
Realizável a longo prazo		3.366.665	2.378.860
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.690.528	1.853.489
Carteira própria	5a/be 19b	1.462.642	1.275.606
Vinculados a compromissos de recompra	5a/b	733.191	144.303
Instrumentos financeiros derivativos	17	6.974	28.696
Vinculados a prestação de garantias	5a/b	487.721	404.884
Operações de crédito		81.931	159.609
Operações de crédito - setor privado	6a	56.705	159.954
Operações de crédito Vinculadas a Operações Compromissadas	6a	25.320	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(94)	(345)
Outros créditos		593.822	365.210
Carteira de câmbio	7	419.342	215.472
Rendas a receber		79	42
Diversos	8	174.401	149.696
Provisão para perda outros créditos	6f	–	–
Outros valores e bens		384	552
Despesas antecipadas		384	552
Permanente		191.908	180.004
Investimentos		186.157	172.651
Em controladas - no exterior	9	186.009	172.503
Outros investimentos		148	148
Imobilizado de uso		5.751	7.353
Imobilizações de uso		21.347	21.193
Depreciação acumulada		(15.596)	(13.840)
Total do ativo		6.707.385	5.404.509

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante	19b	4.577.071	3.463.836
Depósitos	10a	1.294.247	1.223.093
Depósitos à vista		37.465	47.264
Depósitos interfinanceiros		137.827	51.196
Depósitos a prazo		1.118.955	1.124.633
Captações no mercado aberto	11	744.915	146.745
Carteira própria		744.915	146.745
Relações interdependências		6.206	19.499
Recursos em trânsito de terceiros		6.206	19.499
Obrigações por empréstimos	12b	1.227.160	937.663
Empréstimos do exterior		1.227.160	937.663
Instrumentos financeiros derivativos		37.609	54.948
Instrumentos financeiros derivativos	17	37.609	54.948
Obrigações por repasses do exterior		322.202	375.850
Repasses do exterior	12c	322.202	375.850
Outras obrigações		944.732	706.038
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		62	1.068
Carteira de câmbio	7	791.970	641.868
Fiscais e previdenciárias	13a	20.029	31.444
Negociação e intermediação de valores		11.305	6.227
Diversas	13a	121.366	25.431
Exigível a longo prazo		1.390.299	1.255.796
Depósitos	10a	659.687	848.073
Depósitos a prazo		659.687	848.073
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.008	–
Letras Financeiras	12a	1.008	–
Instrumentos financeiros derivativos		14.003	4.036
Instrumentos financeiros derivativos	17	14.003	4.036
Obrigações por empréstimos	12b	100.718	–
Empréstimos do exterior		100.718	–
Obrigações por repasses do exterior		–	3.175
Repasses do exterior	12	–	3.175
Outras obrigações		614.883	400.512
Fiscais e previdenciárias	13b	17.239	11.933
Carteira de câmbio	7	424.957	220.547
Diversas	13c	172.687	168.032
Resultados de exercícios futuros		917	517
Resultados de exercícios futuros		917	517
Patrimônio líquido		739.098	684.360
Capital social:			
De domiciliados no exterior	14a	628.869	592.757
Reservas de lucros		103.321	91.679
Ajuste de avaliação patrimonial	14c	6.908	(76)
Total do passivo		6.707.385	5.404.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social - Capital social	Capital social - Aumento de capital	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**539.893**	**18.527**	**6.019**	**38.358**	**28**	**–**	**602.825**
Aumento de capital		–	34.337	–	–	–	–	34.337
Integralização de capital		18.527	(18.527)	–	–	–	–	–
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)		–	–	–	–	479	–	479
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(23.967)	–	(23.967)
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	23.384	–	23.384
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	86.544	86.544
Constituição da reserva de lucros		–	–	4.327	42.975	–	(47.302)	–
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(39.242)	(39.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**558.420**	**34.337**	**10.346**	**81.333**	**(76)**	**–**	**684.360**
Aumento de capital		–	36.112	–	–	–	–	36.112
Integralização de capital		34.337	(34.337)	–	–	–	–	–
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)		–	–	–	–	6.889	–	6.889
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	7.313	–	7.313
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	(7.218)	–	(7.218)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	52.913	52.913
Constituição da reserva de lucros		–	–	2.646	50.267	–	(52.913)	–
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(41.271)	–	–	(41.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**592.757**	**36.112**	**12.992**	**90.329**	**6.908**	**–**	**739.098**
Saldos em 30 de junho de 2019	**14a**	**592.757**	**–**	**11.157**	**81.333**	**4.873**	**15.404**	**705.524**
Aumento de capital	14a	–	36.112	–	–	–	–	36.112
Constituição da reserva de lucros		–	–	1.835	50.267	–	(52.102)	–
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)		–	–	–	–	1.638	–	1.638
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	9.220	–	9.220
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	(8.823)	–	(8.823)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	36.698	36.698
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(41.271)	–	–	(41.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**592.757**	**36.112**	**12.992**	**90.329**	**6.908**	**–**	**739.098**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019 - 2º semestre	2019 - Exercício	2018 - Exercício
Receitas da intermediação financeira		172.320	281.191	412.038
Operações de crédito		18.793	34.737	83.435
Resultado de títulos e valores mobiliários		102.924	199.518	182.075
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17g	3.834	4.819	79.326
Resultado de câmbio		46.769	42.117	67.202
Despesas da intermediação financeira		(128.990)	(191.230)	(292.151)
Operações de captações no mercado		(61.350)	(122.941)	(108.311)
Operações de empréstimos e repasses		(66.385)	(66.862)	(182.538)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(1.255)	(1.427)	(1.302)
Resultado bruto da intermediação financeira		43.330	89.961	119.887
Outras receitas (despesas) operacionais		(24.554)	(42.917)	9.318
Receitas de prestação de serviços	20b	21.800	48.230	90.114
Despesas de pessoal		(27.380)	(53.627)	(54.824)
Outras despesas administrativas	20c	(18.172)	(32.649)	(34.713)
Despesas tributárias		(4.165)	(7.654)	(7.579)
Resultado de participação em controlada	9	4.418	7.195	18.566
Outras receitas operacionais	20d	2.568	3.979	4.928
Outras despesas operacionais	20e	(3.623)	(8.391)	(7.174)
Resultado operacional		18.776	47.044	129.205
Resultado não operacional		–	–	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		18.776	47.044	129.203
Imposto de renda e contribuição social	15a	19.614	9.254	(39.274)
Provisão para imposto de renda		1.380	(4.205)	(23.876)
Provisão para contribuição social		211	(2.410)	(18.338)
Ativo fiscal diferido		18.023	15.869	2.940
Participações dos empregados no lucro		(1.692)	(3.385)	(3.385)
Lucro líquido dos semestre/exercícios		36.698	52.913	86.544
Juros sobre capital próprio		–	–	(39.242)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R$		17,27	24,90	40,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019 - 2º semestre	2019 - Exercício	2018 - Exercício
Atividades operacionais:				
Lucro líquido		36.698	52.913	86.544
Ajustes ao lucro líquido		(27.210)	(24.781)	(32.947)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		13	96	551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa Repasses Interfinanceiros		(39)	(54)	54
Provisão para perdas Garantias Financeiras		54	216	205
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		1.282	1.386	698
Provisão para contingências	13e	3.878	8.550	7.026
Reversão provisão para contingências	13e	(1.099)	(2.728)	(764)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	15a	(18.023)	(15.869)	(2.940)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(1.238)	(2.584)	(2.795)
Resultado de participação em controlada		(4.418)	(7.195)	(18.566)
Depreciações e amortizações		830	1.756	1.984
Resultado na alienação de valores e bens		–	–	2
Provisão PLR		1.692	3.385	3.385
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(1.319)	(4.522)	2.180
Hedge Investimento no Exterior		(8.823)	(7.218)	(23.967)
Variações em ativos e passivos:		635.397	71.257	(155.265)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		31.095	81.024	(79.340)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(616.136)	(650.185)	(513.532)
(Aumento)/redução em operações de crédito		38.359	20.306	(17.362)
(Aumento)/redução em outros créditos		(265.356)	(643.886)	(364.472)
(Aumento)/redução em outros valores e bens		(35)	210	(324)
(Aumento)/redução variação líquida em relações interfinanceiras e interdependências		13.020	18.200	78
Aumento/(redução) em depósitos		508.790	(117.232)	100.319
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		62.097	333.392	395.154
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		1.008	1.008	–
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto		614.737	598.170	76.096
Aumento/(redução) em outras obrigações		223.587	437.222	211.195
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos		23.655	(7.372)	37.039
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		576	400	(116)
Caixa líquido originado em (aplicado em) atividades operacionais		644.885	99.389	(101.668)
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(145)	(154)	(328)
Caixa líquido originado em (aplicado em) atividades de investimentos		(145)	(154)	(328)
Atividades de financiamentos:				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		(41.271)	(41.271)	(39.242)
Aumento de capital		36.112	36.112	34.337
Caixa líquido originado em (aplicado em) atividades de financiamento		(5.159)	(5.159)	(4.905)
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa		639.581	94.076	(106.901)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		499.496	1.045.001	1.151.902
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3b	1.139.077	1.139.077	1.045.001
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa		639.581	94.076	(106.901)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil ("Banco") é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento controlado diretamente pelo Mizuho Bank Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão e listados na Bolsa de Valores de Tóquio. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, *corporate banking, structured financing, project financing*, entre outros. O Banco realiza suas atividades focando nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco Mizuho do Brasil se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2020.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *"pro rata"* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	1.139.077	1.045.001
Disponibilidades	4.499	10.824
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4a)	1.092.260	1.008.990
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 4c)	42.318	25.187

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "*swap*" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço; *Operações com opções* - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; *Operações de futuro* - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em duas categorias: *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Depreciações: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata"* dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o exercício (R$120 para o semestre) e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% a partir de 1 de março de 2020, conforme promulgação da Emenda Constitucional 103 de 2019. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais - fiscais e previdenciárias* - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Lucro/prejuízo por ação: Foi calculado com base no número de ações em circulação nas datas-base de 31 de dezembro de 2019 e 2018. n) Eventos subsequentes: De acordo com a Resolução nº 3.973/2011 do CMN que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24. o) Garantias financeiras prestadas: A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas:

	2019	2018
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.092.478	870.422
Rendas a apropriar	(218)	(171)
	1.092.260	870.251
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	136.767
Rendas a apropriar	–	(27)
	–	136.740
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	2.000
Rendas a apropriar	–	(1)
	–	1.999
Total posição bancada	1.092.260	1.008.990
Total de aplicações no mercado aberto	1.092.260	1.008.990

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros:

	2019	2018
Até 90 dias	–	6.477
De 91 a 366 dias	25.709	100.256
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	25.709	106.733

c) Aplicações em moeda estrangeira: As aplicações em moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2019 estavam representadas por operações realizadas com banqueiros correspondentes no exterior e correspondiam a R$ 42.318 equivalentes a US$ 10.500, apresentando taxas ao ano de 1,60% em USD. Em 31 de dezembro de 2018 as operações realizadas com banqueiros correspondentes no exterior correspondiam a R$ 25.187 equivalentes a US$ 6.501, apresentando taxas ao ano de 2,36%.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação:

	2019 - Valor de custo	2019 - Valor mercado/ contábil [(1)]	2018 - Valor de custo	2018 - Valor mercado/ contábil [(1)]
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria	1.556.107	1.567.302	1.572.457	1.573.130
Títulos disponíveis para venda	1.245.508	1.256.703	1.572.442	1.573.115
Debêntures	12	12	14.082	14.111
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.020.252	1.020.246	1.558.360	1.559.004
Letras do Tesouro Nacional - LTN	225.244	236.445	–	–
Mantidos até o vencimento	310.599	310.599	15	15
Debêntures	106.088	106.088	15	15
Nota Promissória	103.737	103.737	–	–
Letra Financeira	100.774	100.774	–	–
Vinculados a compromisso de recompra	752.856	753.003	147.928	148.024
Títulos disponíveis para venda	95.091	95.238	47.145	47.241
Debêntures	95.091	95.238	47.145	47.241
Mantidos até o vencimento	657.765	657.765	100.783	100.783
Debêntures	476.625	476.625	100.783	100.783
Letra Financeira	181.140	181.140	–	–
Vinculados à prestação de garantias	484.335	487.721	404.110	404.884
Títulos disponíveis para venda	484.335	487.721	404.110	404.884
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	418.929	418.937	343.438	343.448
Letras do Tesouro Nacional - LTN	40.326	43.704	37.005	37.769
Participação Fundo Garan- tia em Liquidação - FLCB	25.080	25.080	23.667	23.667
	2.793.298	2.808.026	2.124.495	2.126.038

(1) Os títulos classificados como Disponíveis para venda refletem o valor contábil após a marcação a mercado Os títulos classificados como Mantidos até o vencimento refletem o valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. b) Composição por prazo de vencimento:

2019	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	104.660	1.462.642	1.567.302
Títulos disponíveis para venda	2	1.256.701	1.256.703
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	1.020.246	1.020.246
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	236.445	236.445
Debêntures	2	10	12
Mantidos até o vencimento	104.658	205.941	310.599
Debêntures	921	105.167	106.088
Nota Promissória	103.737	–	103.737
Letra Financeira	–	100.774	100.774
Vinculados a operações compromissadas:	19.812	733.191	753.003
Títulos disponíveis para venda	12.020	83.218	95.238
Debêntures	12.020	83.218	95.238
Mantidos até o vencimento	7.792	649.973	657.765
Debêntures	7.792	468.833	476.625
Letra Financeira	–	181.140	181.140
Vinculados à prestação de garantias:	–	487.721	487.721
Títulos disponíveis para venda	–	487.721	487.721
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	418.937	418.937
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	43.704	43.704
Participação Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	–	25.080	25.080
	124.472	2.683.554	2.808.026

2018	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	297.524	1.275.606	1.573.130
Títulos disponíveis para venda	297.524	1.275.591	1.573.115
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	296.413	1.262.591	1.559.004
Debêntures	1.111	13.000	14.111
Mantidos até o vencimento	–	15	15
Debêntures	–	15	15
Vinculados a operações compromissadas:	3.721	144.303	148.024
Títulos disponíveis para venda	3.721	43.520	47.241
Debêntures	3.721	43.520	47.241
Mantidos até o vencimento	–	100.783	100.783
Debêntures	–	100.783	100.783
Vinculados à prestação de garantias:	–	404.884	404.884
Títulos disponíveis para venda	–	404.884	404.884
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	343.448	343.448
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	37.769	37.769
ParticipaçãoFundo Garantia em Liquidação - FLCB	–	23.667	23.667
	301.245	1.824.793	2.126.038

Em 31 de dezembro de 2019 os títulos classificados como "Disponíveis para venda" estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 7.912 (R$ 883 em 2018). Devido a política de Hedge Accounting, vide a Nota Explicativa nº 17, o Banco também possui títulos classificados como "Disponíveis para venda" que são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante e realizável ao longo prazo, em função de suas datas de vencimento. Em 31de dezembro de 2019 os títulos classificados como "Mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo custo amortizado, o valor a mercado dos referidos títulos é R$ 977.001 (R$ 102.834 em 2018), representando um potencial ajuste positivo de R$ 8.636 (R$ 2.036 em 2018). Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação. O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e os títulos privados encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve reclassificação de categoria dos títulos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	2019	%	2018	%
Operações de crédito:				
Empréstimos e títulos descontados	208.042	18,50	324.978	36,03
Empréstimos e títulos descontados vinculados a operações compromissadas	96.630	8,60	–	–
Total de operações de crédito	304.672	27,10	324.978	36,03
Relações interfinanceiras				
Repasse interfinanceiro	–	–	31.433	3,49
Total relações interfinanceiras	–	–	31.433	3,49
Outros créditos				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber (Nota 7)	797.027	70,91	525.334	58,25
Notas de Crédito de Exportação (Nota 8)	22.342	1,99	20.175	2,23
Total de outros créditos	819.369	72,90	545.509	60,48
Total da carteira de crédito	1.124.041	100,00	901.920	100,00

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade:

2019 - Produto	Comércio	Indústria	Instituição financeira	Outros serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	149.706	514.550	–	132.771	797.027
Capital de Giro	9.988	34.951	129.403	130.330	304.672
Notas de Crédito de Exportação	–	22.342	–	–	22.342
	159.694	571.843	129.403	263.101	1.124.041

2018 - Produto	Comércio	Indústria	Instituição financeira	Outros serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	214.615	310.719	–	–	525.334
Capital de Giro	19.019	51.410	142.128	112.421	324.978
Repasse Interfinanceiro	–	–	31.433	–	31.433
Nota de Crédito de Exportação	–	20.175	–	–	20.175
	233.634	382.304	173.561	112.421	901.920

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações:

	2019 R$	2019 %	2018 R$	2018 %
De 1 a 90 dias	384.364	34,19	357.002	39,58
De 91 a 366 dias	657.652	58,51	384.964	42,68
Acima de 366 dias	82.025	7,30	159.954	17,74
Total da carteira de crédito	1.124.041	100,00	901.920	100,00

d) Concentração do risco da carteira de crédito:

	2019 R$	2019 %	2018 R$	2018 %
Principal devedor	126.822	11,28	126.700	14,05
10 maiores devedores seguintes	872.105	77,59	697.745	77,36
	998.927		824.445	

continua

e) Concentração da carteira de crédito e provisão para devedores duvidosos: A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para devedores duvidosos nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019			2018		
Nível de risco:	Total das operações	Provisão constituída	%	Total das operações	Provisão constituída	%
AA	**1.077.784**	**1.625**	**0,15**	901.920	1.302	0,14
A	**42.071**	**892**	**2,12**	–	–	–
B	**4.186**	**212**	**5,07**	–	–	–
Total da carteira de crédito	**1.124.041**	**2.729**	**–**	901.920	1.302	–

Conforme facultado pelo artigo 6º da Resolução do BACEN nº 2.682/99, a Administração procedeu ao agravamento da provisão, para os níveis de risco AA, A e B, com base em estudo técnico de acompanhamento da carteira de crédito, resultando em um acréscimo de R$ 1.625 para o nível de risco AA, R$ 892 para o nível de risco A e R$ 212 para o nível de risco B (sendo R$ 210 referentes a aplicação mínima de 0,5% do nível A e R$ 682 referente ao agravamento da provisão e R$ 42 referentes a aplicação mínima de 1,0% do nível B e R$ 170 referente ao agravamento da provisão), respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em 31 de dezembro de 2018 este montante, para o nível de risco AA, era de R$ 1.302. f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**1.474**	**1.302**	–
Constituição	**1.766**	**2.116**	1.667
Reversão	**(511)**	**(689)**	(365)
Saldo final	**2.729**	**2.729**	1.302
Créditos recuperados	**4.359**	**6.329**	49.118

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco fez a renovação da data de vencimento de 22 (46 em 2018) contratos de operações de crédito no montante total de R$ 58.059 (R$ 140.505 em 2018), estendendo os vencimentos dos mesmos. A renovação foi efetuada para atender e facilitar o processo operacional e/ou de fluxo de caixa dos nossos clientes. Não houve prorrogações e nem houve renovações de contratos por atraso de pagamento ou deterioração financeira por parte dos nossos clientes.

7. Carteira de câmbio

	2019		2018	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Ativo	**1.996.208**	**–**	1.362.158	–
Circulante	**1.576.866**	**–**	1.146.686	–
Câmbio comprado a liquidar	**1.289.645**	**–**	845.452	–
Adiantamentos em moedas estrangeiras	**–**	**–**	(8.136)	–
Direitos sobre venda de câmbio	**283.075**	**–**	305.741	–
Adiantamentos em moeda nacional	**(171)**	**–**	(540)	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	**4.317**	**–**	4.169	–
Realizável a longo prazo	**419.342**	**–**	215.472	–
Câmbio comprado a liquidar	**210.759**	**–**	104.487	–
Direitos sobre venda de câmbio	**208.583**	**–**	110.985	–
Passivo	**–**	**1.216.927**	–	862.415
Circulante	**–**	**791.970**	–	641.868
Câmbio vendido a liquidar	**–**	**297.714**	–	319.636
Obrigações por compra de câmbio	**–**	**1.286.966**	–	843.397
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	**–**	**(792.710)**	–	(521.165)
Exigível a longo prazo	**–**	**424.957**	–	220.547
Câmbio vendido a liquidar	**–**	**216.374**	–	109.562
Obrigações por compra de câmbio	**–**	**208.583**	–	110.985

8. Outros créditos - diversos

	2019	2018
Circulante		
Créditos tributários (Nota 15)	**3.365**	8.812
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	**22.342**	20.175
Desconto de Recebíveis	**1.002**	–
Outros	**6.511**	190
Total	**33.220**	29.177
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (Nota 15)	**94.000**	72.355
Devedores por depósito em garantia	**80.401**	77.341
Total	**174.401**	149.696

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária *offshore* do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos.

	Mizuho do Brasil Cayman Ltd.	
	2019	2018
Quantidade de ações ordinárias - em milhares	**22.920**	22.920
Percentual de participação - %	**100%**	100%
Informações sobre a investida:		
Patrimônio líquido	**186.009**	172.503
Capital social	**74.699**	74.699
Reservas de lucros	**72.257**	53.929
Ajuste valor mercado de TVM	**32**	235
Variação cambial do investimento no exterior	**32.624**	25.312
Resultado líquido do exercício	**6.397**	18.328
Resultado de equivalência patrimonial	**6.397**	18.662
Reclassificação por diversidade de critérios contábeis [(1)]	**–**	(334)
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior	**798**	238
Resultado de participação em controlada	**7.195**	18.566

Em 31 de dezembro de 2019 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 32.624 (R$ 25.312 em 2018), sendo R$ 372 (R$ 1.018 em 2018) referente à variação cambial do processo de conversão do resultado. [(1)] Reclassificação para resultado do semestre do ano de 2018 do impacto prospectivo do cálculo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecido em Patrimônio Líquido na controlada, devido efeito da adoção inicial do IFRS 9 pela mesma.

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo:

	2019					2018
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 366 dias	Acima de 366 dias	Total	Total
Depósitos à vista	**37.465**	**–**	**–**	**–**	**37.465**	47.264
Depósitos interfinanceiros	**–**	**115.911**	**21.916**	**–**	**137.827**	51.196
Depósitos a prazo	**–**	**220.015**	**898.940**	**659.687**	**1.778.642**	1.972.706
	37.465	**335.926**	**920.856**	**659.687**	**1.953.934**	2.071.166

b) Concentração:

	2019		2018	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	**1.078.437**	**55,19**	1.409.175	68,04
50 maiores credores seguintes	**820.294**	**41,98**	619.558	29,91
Demais credores	**55.203**	**2,83**	42.433	2,05
Total da carteira	**1.953.934**	**100,00**	2.071.166	100,00

As operações de depósitos a prazo classificadas no Exigível a Longo Prazo, no montante de R$ 659.867 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2018 este valor era de R$ 848.073.

11. Captações no mercado aberto

	2019		2018	
	Carteira própria	Total	Carteira própria	Total
Debêntures	**564.242**	**564.242**	146.745	146.745
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**180.673**	**180.673**	–	–
Total da carteira própria	**744.915**	**744.915**	146.745	146.745

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

a) Os recursos de aceite e emissão de títulos, em 31 de dezembro de 2019, correspondem a emissão de letras financeiras no montante de R$ 1.008, com vencimento até julho de 2023. Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possuía estas operações. b) As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2019, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R$ 1.327.878 (R$ 937.663 em 2018), com vencimentos até julho de 2024, apresentando taxas de 1,66% a 2,78% a.a. em dólar (2018 - vencimentos até dezembro de 2019 e taxas de 2,41% a 3,34% a.a. em dólar). c) As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R$ 322.202 (R$379.025 em 2018), com vencimentos até abril de 2020, apresentando taxas de 3,14% a 3,47% a.a. em dólar (2018 - vencimentos até dezembro de 2019 e taxas de 1,20% a 3,26% a.a. em dólar).

13. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R$9.516 (R$22.156 em 2018), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R$10.513 (R$9.288 em 2018), provisões administrativas de R$25.702 (R$25.240 em 2018), provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R$231 (R$ 107 em 2018), obrigações por operações vinculadas a operações compromissadas de R$95.393 (não houve em 2018) e credores diversos de R$41 (R$84 em 2018). b) Longo prazo - fiscais e previdenciárias: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidas de R$17.239 (R$11.933 em 2018). c) Longo prazo - diversas: Compostas por provisões para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R$190 (R$ 97 em 2018), valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R$8.780 (R$8.837 em 2018), valor referente as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa (composição no quadro abaixo) no montante de R$158.404 (R$154.221 em 2018) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R$5.313 (R$4.877 em 2018). Existem depósitos judiciais de R$658 (R$180 em 2018) para as causas trabalhistas. As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	2019	2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**136.534**	132.909
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**9.581**	9.370
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	**3.413**	3.338
Programa de Integração Social (PIS)	**7.327**	7.097
Imposto Sobre Serviços (ISS)	**553**	538
Outros	**996**	969
Total das provisões	**158.404**	154.221
(–) Depósitos judiciais vinculados	**(79.724)**	(77.141)
Valor líquido	**78.680**	77.080

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2019 existem depósitos judiciais no montante de R$39.439 (R$38.087 em 2018). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2019 existem depósitos judiciais no montante de R$30.134 (R$29.172 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2019 existem depósitos judiciais no montante de R$7.380 (R$7.189 em 2018). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2019 existem depósitos judiciais no montante de R$554 (R$538 em 2018). (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2019 existem depósitos judiciais no montante de R$2.217 (R$2.155 em 2018). d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2019, esses processos referiam-se à gestão de fundos de investimento no valor de R$26.802 (R$24.834 em 2018). Em 31 de dezembro de 2018 haviam processos trabalhistas com responsabilidade subsidiária no valor de R$109. e) Movimentação das contingências:

	Saldo inicial 31/12/2018	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo final 31/12/2019
Provisão para riscos fiscais	154.221	4.183	–	–	**158.404**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.370	211	–	–	**9.581**
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.338	75	–	–	**3.413**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	132.909	3.625	–	–	**136.534**
Programa de Integração Social (PIS)	7.097	230	–	–	**7.327**
Outros	969	27	–	–	**996**
Imposto Sobre Serviços (ISS)	538	15	–	–	**553**
Provisão para passivos contingentes	13.714	4.367	(2.728)	(1.260)	**14.093**
Processos trabalhistas	8.837	2.911	(2.558)	(410)	**8.780**
Expurgos inflacionários	4.877	1.456	(170)	(850)	**5.313**

14. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R$628.869 (R$592.757 em 2018), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2018) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Através do ofício nº 1920 de 28 de janeiro de 2020, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R$ 36.112 (R$ 34.337 em 31 de dezembro de 2018 aprovado através do ofício nº 2506 de 8 de fevereiro de 2019), realizado no dia 31 de dezembro de 2019. b) Dividendos: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Conforme nota explicativa 14e, o Banco deliberou em Assembleia Extraordinária o pagamento de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios. c) Ajustes de avaliação patrimonial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de R$ 7.895, vide nota explicativa 5b (R$ 883 em 2018) e o valor referente aos títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R$18 (R$141 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019 o montante de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 32.624 (R$ 25.312 em 2018) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de (R$ 33.629) ((R$ 26.412) em 2018). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros e juros sobre o capital próprio: Em 31 de dezembro de 2019 foi constituída uma reserva especial de lucros no valor de R$ 50.267 que é destinada à manutenção dos limites operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R$ 90.329 (R$ 81.333 em 2018). Em Assembleia Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2019, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 41.271 (R$ 39.242 em 2018), em substituição aos dividentos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R$ 36.112 (R$ 34.337 em 2018). Com o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve um benefício fiscal no montante de R$ 11.350 (R$ 12.754 em 2018).

15. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía o montante de R$97.365 (R$81.168 em 2018) registrados em créditos tributários e o montante de R$27.752 (R$21.221 em 2018) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	IRPJ e CSLL	
	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações (em 2018 houve reclassificação de R$ 334 do efeito da adoção inicial do IFRS 9 na empresa controlada, conforme Nota 9 - Investimentos)	**47.044**	129.203
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	**(18.818)**	(58.141)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**17.015**	35.536
Juros sobre o capital próprio	**18.572**	17.659
Participação dos empregados no lucro	**1.354**	1.523
Provisão para perdas em operações de crédito	**(658)**	(678)
Ajustes de marcação a mercado	**(2.646)**	(7.478)
Outras adições e exclusões - temporárias	**(3.064)**	5.580
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos à CSLL)	**1.049**	–
Outras adições e exclusões	**2.408**	18.930
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	**(6.615)**	(42.214)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**4.812**	19.609
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	**15.869**	2.940

Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição social, há o saldo de R$ 4.812 (R$ 19.609 em 2018) referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de Pis e Cofins, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.

	2019	2018
Variação cambial repasses do exterior	**(12.616)**	(45.701)
Pis/Confins	**587**	2.125
Líquido de Pis/Cofins	**(12.029)**	(43.576)
Imposto de renda	**3.007**	10.894
Contribuição social	**1.804**	8.715
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**4.811**	19.609
Hedge de investimento no exterior	**(7.218)**	(23.967)

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos liquidação duvidosa	603	**815**	**–**	**1.418**
Provisão para contingências judiciais	60.778	**9.479**	**–**	**70.257**
Provisão para contingências diversas	1.951	**848**	**(408)**	**2.391**
Outras provisões	8.476	**5.388**	**(3.644)**	**10.220**
Provisões para PLR e gratificações	3.479	**5.754**	**(5.006)**	**4.227**
Prejuízo fiscal e base negativa	5.881	**3.200**	**(229)**	**8.852**
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	81.168	**25.484**	**(9.287)**	**97.365**
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	81.168	**25.484**	**(9.287)**	**97.365**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(5.324)	**–**	**2.311**	**(3.013)**
Atualização depósitos judiciais	(12.985)	**(2.639)**	**–**	**(15.624)**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social resultado	(18.309)	**(2.639)**	**2.311**	**(18.637)**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - patrimônio liquido	(588)	**(5.871)**	**–**	**(6.459)**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	(94)	**–**	**79**	**(15)**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - patrimônio liquido	(682)	**(5.871)**	**79**	**(6.474)**
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(721)	**(305)**	**–**	**(1.026)**
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(1.509)	**(106)**	**–**	**(1.615)**
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(21.221)	**(8.921)**	**2.390**	**(27.752)**

Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro 2019, relativamente às datas previstas de sua realização, monta R$ 64.840 (R$48.731 em 2018). Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

2019		2018	
2020	**(7.147)**	**2019**	**(1.196)**
2021	**3.719**	**2020**	**1.652**
2022	**7.022**	**2021**	**1.691**
2023	**38.540**	**2022**	**762**
2024	**7.413**	**2023**	**4.847**
2025 a 2029	**20.066**	**2024 a 2028**	**52.191**
Total	**69.613**	**Total**	**53.826**

16. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores

	2019	2018
Remuneração e participação nos lucros	**21.141**	23.702
Previdência privada	**573**	568

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) Transações com outras partes relacionadas: As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumariadas como segue:

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	**562**	**–**	2.676	–
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**161**	**–**	1.863	–
Mizuho Bank, Ltd. - Hong Kong	**17**	**–**	17	–
Mizuho Bank, Ltd. - London	**384**	**–**	796	–
Aplicações em moeda estrangeira	**42.318**	**7.021**	25.187	12.673
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**42.318**	**7.021**	25.187	12.673
Instrumentos financeiros derivativos	**17**	**47**	2.226	(137)
Mizuho do Brasil Cayman	**17**	**47**	2.226	(137)
Outros créditos - carteira de câmbio	**494.545**	**2.291.611**	11.592	30.406
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**–**	**2.226.514**	310	(1.770)
Mizuho do Brasil Cayman	**226.696**	**25.344**	1.506	3.611
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**–**	**82**	–	1.628
Mizuho Bank, Ltd. - London	**267.849**	**39.671**	9.776	26.937
Rendas com prestação de serviços no exterior	**–**	**42.776**	–	89.124
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**–**	**42.776**	–	89.124
Obrigações por empréstimos do exterior	**(1.327.878)**	**(51.787)**	(937.663)	(90.651)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(1.327.878)**	**(51.787)**	(937.663)	(90.651)
Obrigações por repasses do exterior	**(322.202)**	**(15.075)**	(379.025)	(91.987)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(322.202)**	**(15.075)**	(379.025)	(91.987)
Outras obrigações - carteira de câmbio	**(514.722)**	**(2.391.907)**	(23.697)	(33.461)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**–**	**(174)**	(310)	131
Mizuho do Brasil Cayman	**(240.546)**	**(36.565)**	(11.419)	(7.060)
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**–**	**(118)**	–	(578)
Mizuho Bank, Ltd. - London	**(274.176)**	**(2.355.050)**	(11.968)	(25.954)

17. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro do banco, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas localmente e pela área responsável por novos produtos na matriz. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de *swaps*, futuros, operações a termo e opções. Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Créditos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Esse limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas. A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz. Política de hedge: A política de *hedge* é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge* contábil, de acordo com a Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. Conforme o padrão de *hedge* contábil de risco de mercado utilizado pelo Banco, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI). Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na B3 S.A, - Brasil, Bolsa e Balcão (B3), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de *hedge* utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta Participante de Liquidação Direta (PLD) na B3, específica para movimentação de posição de *hedge*, de forma a evitar o "*netting*" ocasionado por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco. Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de *hedge*. Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de *hedge* é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do *hedge* direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado. O monitoramento da efetividade do *hedge*, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de *hedge* está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (*Data Warehouse*). Apuração do valor de mercado e posições em aberto: A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação pelo método exponencial. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado. Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro 2019 e 2018, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Swap	**15.346**	**(21.965)**	**(6.619)**	28.894	(32.412)	(3.518)
Forward	**17.885**	**(29.647)**	**(11.762)**	18.106	(26.572)	(8.466)
	33.231	**(51.612)**	**(18.381)**	47.000	(58.984)	(11.984)

a) Operações de swap:

	2019					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
Categoria	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Não *"hedge"*						
USD x USD	**75.844**	**75.922**	**(75.906)**	**75.667**	**(75.650)**	**17**
PRE x USD	**119.029**	**126.860**	**(131.352)**	**130.548**	**(131.988)**	**(1.440)**
CDI x USD	**273.259**	**274.986**	**(278.591)**	**274.947**	**(281.399)**	**(6.452)**
PRE x EUR	**180.397**	**185.519**	**(184.275)**	**188.795**	**(184.400)**	**4.395**
PRE x CDI	**15.200**	**15.337**	**(15.334)**	**15.348**	**(15.334)**	**14**
CDI x EUR	**119.114**	**125.371**	**(124.216)**	**125.511**	**(124.166)**	**1.345**
"Hedge"						
CDI x IPCA	**298.734**	**304.055**	**(306.620)**	**304.046**	**(306.620)**	**(2.574)**
CDI x EUR	**80.000**	**80.031**	**(81.581)**	**80.647**	**(82.571)**	**(1.924)**
	1.161.577	**1.188.081**	**(1.197.875)**	**1.195.509**	**(1.202.128)**	**(6.619)**

	2018					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
Categoria	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Não *"hedge"*						
USD x USD	410.647	414.473	(413.981)	412.543	(410.317)	2.226
PRE x CDI	4.000	5.401	(5.047)	5.440	(5.047)	393
PRE x USD	165.825	168.887	(179.601)	172.946	(179.484)	(6.538)
CDI x USD	706.144	715.130	(712.359)	714.960	(714.558)	402
PRE x EUR	78.870	81.342	(82.099)	82.811	(82.148)	663
CDI x EUR	105.000	106.949	(107.728)	107.002	(107.666)	(664)
	1.470.486	1.492.182	(1.500.815)	1.495.702	(1.499.220)	(3.518)

b) Operações de forward

	2019					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
Categoria	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Não *"hedge"*						
USD x PRE	**874.425**	**852.045**	**(865.946)**	**841.042**	**(860.064)**	**(19.022)**
EUR x PRE	**14.537**	**14.191**	**(13.968)**	**14.161**	**(14.201)**	**(40)**
PRE x IEN	**27.210**	**27.119**	**(26.555)**	**27.037**	**(26.557)**	**480**
PRE x USD	**950.211**	**945.775**	**(941.386)**	**940.132**	**(933.312)**	**6.820**
	1.866.383	**1.839.127**	**(1.847.855)**	**1.822.372**	**(1.834.134)**	**(11.762)**

	2018					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
Categoria	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Não *"hedge"*						
USD x PRE	753.532	745.409	(745.784)	736.032	(737.773)	(1.741)
EUR x PRE	27.259	27.634	(25.568)	27.449	(25.648)	1.801
PRE x IEN	111.739	111.001	(112.514)	110.933	(112.653)	(1.720)
PRE x EUR	893	892	(927)	892	(925)	(33)
PRE x USD	538.092	535.224	(542.121)	530.495	(537.268)	(6.773)
	1.431.515	1.420.160	(1.426.914)	1.405.801	(1.414.267)	(8.466)

c) Demais instrumentos financeiros derivativos não hedge:

Operações de futuros - B3

	2019		2018	
Contratos	Global	Líquido	Global	Líquido
Moeda:				
Comprado	**1.169.396**		1.264.436	
Vendido	**(106.754)**	**1.062.642**	(491.031)	773.405
Taxa de juros:				
Comprado	**417.127**		195.832	
Vendido	**(442.598)**	**(25.471)**	(445.137)	(249.305)
		1.037.171		524.100

d) Demais instrumentos financeiros derivativos hedge

Operações de futuros - B3

	2019		2018	
Contratos	Global	Líquido	Global	Líquido
Moeda:				
Comprado	**590.469**	–	619.532	–
Vendido	**(371.569)**	**218.901**	–	619.532
Taxa de juros:				
Comprado	**–**	–	35.777	–
Vendido	**(290.782)**	**(290.782)**	(49.669)	(13.892)
		(71.881)		605.640

e) Objetos de hedge

	2019		
	Valor da curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	**24.024**	**643**	**24.667**
CDI	**25.552**	**157**	**25.709**
Debêntures	**306.676**	**–**	**306.676**
Total de risco de taxa de juros	**356.252**	**800**	**357.052**
Risco de moeda			
Repasses (USD)	**(323.278)**	**1.219**	**(322.059)**
Operações de Câmbio Futuro (EUR) Ativo	**155.806**	**(1.302)**	**154.504**
Operações de Câmbio Futuro (USD) Passivo	**(163.153)**	**7.456**	**(155.697)**
Total de risco cambial	**(330.625)**	**7.373**	**(323.252)**
Risco de indicador			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	81.860	(327)	81.533
Total de risco indicador	81.860	(327)	81.533

	2018		
	Valor da curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	37.255	655	37.910
Total de risco de taxa de juros	37.255	655	37.910
Risco de moeda			
Repasses (USD)	(407.403)	(755)	(408.158)
Total de risco cambial	(407.403)	(755)	(408.158)

f) Operações por vencimento em

	2019				
	Ativo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 366 dias	Acima de 366 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	**341.084**	**9.975**	**–**	**239.410**	**590.469**
Swap	**–**	**–**	**–**	**(14)[1]**	**(14)**
Não *"hedge"*					
Swap	**708**	**742**	**6.942**	**6.968**	**15.360**
Forward	**9.535**	**4.500**	**3.830**	**20**	**17.885**
Futuro - B3	**1.050.149**	**159.492**	**93.360**	**283.523**	**1.586.524**
Total	**1.401.476**	**174.709**	**104.132**	**529.907**	**2.210.224**

	2019				
	Passivo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 366 dias	Acima de 366 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	**(380.066)**	**–**	**(48.138)**	**(234.146)**	**(662.350)**
Swap	**–**	**(2)**	**–**	**(4.482)**	**(4.484)**
Não *"hedge"*					
Swap	**(725)**	**(1.312)**	**(6.969)**	**(8.475)**	**(17.481)**
Forward	**(10.341)**	**(13.008)**	**(5.252)**	**(1.046)**	**(29.647)**
Futuro - B3	**(380.066)**	**–**	**(48.138)**	**(234.146)**	**(662.350)**
Total	**(771.198)**	**(14.322)**	**(108.497)**	**(482.295)**	**(1.376.312)**

[1] O valor de (14) refere-se à provisão de risco de crédito sobre o notional de operações de swap que possuem um diferencial a pagar.

	2018				
	Ativo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	183.767	225.514	246.028	–	655.309
Não *"hedge"*					
Swap	388	(7)[1]	1.700	26.813	28.894
Forward	9.215	2.746	4.262	1.883	18.106
Futuro - B3	488.250	328.797	253.065	390.156	1.460.268
Total	681.620	557.050	505.055	418.852	2.162.577

	2018				
	Passivo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	(12.865)	–	(6.682)	(30.122)	(49.669)
Não *"hedge"*					
Swap	(2.637)	(23.886)	(2.374)	(3.515)	(32.412)
Forward	(15.791)	(6.055)	(4.205)	(521)	(26.572)
Futuro - B3	(548.668)	(135.093)	(151.642)	(100.764)	(936.167)
Total	(579.961)	(165.034)	(164.903)	(134.922)	(1.044.820)

[1] O valor de (7) refere-se à provisão de risco de crédito sobre o notional de operações de forward que possuem um diferencial a pagar.

g) Informações complementares: As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

	Valor referencial	
	2019	2018
Operações realizadas em bolsa - "B3 "	**3.385.430**	3.101.413
Operações de balcão - B3	**3.027.959**	2.902.001
	6.413.389	6.003.414

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

	Valor de mercado	
	2019	2018
Títulos públicos federais:		
Part Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	**25.080**	23.667
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**43.704**	37.769
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**418.937**	343.448
	487.721	404.884

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R$1.400.691(R$2.569.148 em 2018) e perdas de R$1.395.872 (R$2.489.822 em 2018), registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18. Hedge de variação cambial de investimento no exterior

	2019				
	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito tributário	Variação cambial líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda					
Investimento no Exterior - Cayman	**44.445**	**179.144**	**33.962**	**–**	**33.962**
Total de risco cambial	**44.445**	**179.144**	**33.962**	**–**	**33.962**
Instrumentos de Hedge					
_ Risco de moeda					
Empréstimos no exterior	**(77.687)**	**(313.135)**	**(62.979)**	**28.691**	**(34.289)**
Total de risco cambial	**(77.687)**	**(313.135)**	**(62.979)**	**28.691**	**(34.289)**

	2018				
	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito tributário	Variação cambial líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda					
Investimento no Exterior - Cayman	39.468	152.930	27.033	–	27.033
Total de risco cambial	39.468	152.930	27.033	–	27.033
Instrumentos de Hedge					
Risco de moeda					
Empréstimos no exterior	(75.259)	(291.615)	(50.363)	23.292	(27.071)
Total de risco cambial	(75.259)	(291.615)	(50.363)	23.292	(27.071)

A partir de Janeiro de 2018, além da implementação do "Hedge de investimento líquido no exterior", com o objetivo de uniformizar o processo de reconhecimento contábil da variação cambial do investimento no exterior, com o reconhecimento contábil da variação cambial dos instrumentos contratados para o hedge do referido investimento, o Banco decidiu pela efetivação do hedge integral, devido a divergência tributária entre o tratamento da variação cambial dos investimentos no exterior, a qual é isenta de tributação, e o resultado de variação cambial dos instrumentos de hedge, os quais são parte integrante da base fiscal.

19. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhobank.com/brazil/pt/financial/. a) Risco de mercado: O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas: • FX exposure: exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados. • Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: esta métrica mede o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras. • Exposição de Vega para opções de dólar: é uma medida de risco de opções que representa o montante de mudança no preço da opção com relação a mudanças na volatilidade do ativo objeto. O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. O gerente da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas. Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários. Os modelos contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado. b) Risco de liquidez: O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que pode resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o *Funding Gap* em que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de um dia, uma semana e um mês. O *Funding Gap* é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do *Funding Gap* são propostos pelo Banco, aprovados pela Matriz e revisados semestralmente. Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

renovação. O acompanhamento da liquidez do Banco é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente e é monitorado diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise. Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentou R$ 3.148.812 mil em ativo circulante e R$ 4.577.071 mil em passivo circulante, sendo que das operações de depósitos a prazo classificadas no Realizável a Longo Prazo, no montante de R$ 659.867, apresentam cláusula de liquidez diária. Os recursos obtidos dessas captações foram preponderantemente aplicados em títulos públicos do Governo Brasileiro, tendo como principal critério para a sua aquisição a alta liquidez. Estes títulos são qualificados em "Disponíveis para venda", vide nota explicativa 5b, apresentados no balanço em seus respectivos vencimentos, sendo o montante de R$ 1.256.691 mil, livres para negociação e R$ 193.047 mil, vinculados à prestação e garantias e não utilizadoscom vencimento acima de um ano. Devido à alta liquidez destes títulos, este montante é passível de realização imediata, tornando os recursos disponíveis para o Banco para honrar seus compromissos de curto prazo. Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política o *Back-Office* monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intradia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior. Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos pelo Comitê de Gestão e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco. c) Risco operacional: A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos produtos e serviços oferecidos pelo Banco. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e auto avaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional. d) Risco de crédito: O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é garantir a solidez de seus ativos, estendendo limites de crédito em conformidade com os padrões rigorosos de avaliação de risco da Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas financeiras resultantes da contraparte não honrar os compromissos de crédito assumidos com o Banco. As áreas de análise de crédito e de monitoramento são áreas independentes uma da outra, sendo que a de monitoramento também é segregada da área comercial do Banco, com reporte direto ao Chief Risk Officer. A análise de crédito leva em consideração a área de atuação da contraparte, o setor de atividade econômica, principais concorrentes e fornecedores, considerações sobre a administração, estrutura societária e suporte do seu grupo, situação econômico-financeira atual e projetada, grau de alavancagem e perfil de endividamento, geração de fluxo de caixa, contingências, entre outros. Estes fatores são subsídios importantes para a determinação de adequada classificação de risco da contraparte e concessão de limites de crédito, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco, conforme os requisitos exigidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. Os limites concedidos pelo Banco, bem como as operações desembolsadas devem ser monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo de responsabilidade das áreas de Credit Analysis e de Credit Risk o contínuo acompanhamento da situação financeira da contraparte, enquanto que a área de Risk Management pela alimentação e monitoramento dos sistemas de gerenciamento de risco de crédito no Banco, bem como de apontar eventuais excessos, irregularidades com relação a aprovação de crédito e/ou quebra de covenants financeiros às respectivas autoridades de risco de crédito, comercial, e à alta administração do Banco.

20. Outras informações

(a) Garantias financeiras prestadas. As garantias financeiras prestadas montam a R$355.168 (R$ 153.796 em 2018), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

	2019		2018	
Tipo de Garantia Financeira	**Valores garantidos**	**Provisão**	**Valores garantidos**	**Provisão**
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	–	–	2.065	–
Vinculadas a Licitações, Leilões,Prestação de Serviços ou Execução de Obras	**20.231**	**11**	11.286	7
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	**1.361**	**2**	113	–
Aval ou Fiança em Processos Judiciais	**40.755**	**46**	39.605	48
Outras Fianças Bancárias	**23.415**	**26**	5.168	6
Outras Garantias Financeiras Prestadas	**269.406**	**336**	95.559	144
Total das Garantias	**355.168**	**421**	153.796	205

(b) Receitas de Prestação de Serviços

	2019		2018
Receitas de Prestação de Serviços	**2º Semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Rendas de Tarifas Bancárias	**3**	**11**	**6**
Rendas de Outros Serviços	**21.027**	**46.907**	**89.124**
Rendas de Garantias Prestadas	**770**	**1.312**	**984**
Total	**21.800**	**48.230**	**90.114**

O valor de R$ 46.907 (R$ 89.124 em 2018) é composto substancialmente por operações efetuadas com o Mizuho Bank, Ltd. - New York, conforme Nota 16b. (c) Outras Despesas Administrativas:

	2019		2018
Outras Despesas Administrativas	**2º Semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Despesas de Aluguéis	**675**	**1.760**	1.966
Despesas de Comunicações	**861**	**1.462**	1.230
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	**200**	**307**	285
Despesas de Processamento de Dados	**10.214**	**16.832**	18.851
Despesas de Promoções e Relações Públicas	**257**	**517**	495
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	**1.402**	**2.404**	1.892
Despesas de Serviços de Terceiros	**668**	**1.202**	1.201
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	**1.336**	**2.657**	3.197
Despesas de Transporte	**114**	**379**	304
Despesas de Viagens ao Exterior	**443**	**912**	885
Despesas de Viagens no País	**81**	**247**	239
Outras Despesas Administrativas	**671**	**1.345**	1.291
Despesas de Depreciação	**830**	**1.756**	1.984
Outras	**420**	**869**	893
Total	**18.172**	**32.649**	34.713

(d) Outras receitas operacionais

	2019		2018
Outras Receitas Operacionais	**2ºSemestre**	**Exercício**	**Exercício**
Atualização de Depósitos Judiciais	**1.469**	**2.827**	2.933
Recuperação de Encargos e Despesas	**1.051**	**1.093**	1.849
Outras	**48**	**59**	146
Total	**2.568**	**3.979**	4.928

(e) Outras despesas operacionais

	2019		2018
Outras Despesas Operacionais	**2º Semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Atualização de Contigências	**3.549**	**8.033**	6.596
Garantias Financeiras Prestadas	**54**	**216**	205
Outras	**20**	**142**	373
Total	**3.623**	**8.391**	7.174

21. Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.193 de 1º de março de 2013, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 1º de outubro de 2013. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2019 é de 20,45% (27,30% em 2018), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.575.026
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	2.927.960
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	353.807
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	293.259
Capital mínimo para cobertura do RWA	286.002
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	89.376
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	52.730
Total Patrimônio Referência requerido	428.108
Patrimônio de Referência	731.048
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	302.940
Índice de Capital Principal (ICP)	20,45%
Índice de PR Nível I (IN1)	20,45%
Índice de Basileia (IB)	20,45%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	17,93%

22. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Banco Mizuho é classificado como "S4". O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

23. Eventos subsequentes

Através do ofício nº 1920 de 28 de janeiro de 2020, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R$ 36.112, realizado em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

CONTADOR: Edilson Novaes Santos - CRC - 1SP206066/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos Administradores do
Banco Mizuho do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1